

O MARXISMO NO SÉCULO XXI: DESAFIOS AMBIENTAIS, CULTURAIS E DE PARADIGMA DA SOCIEDADE

Marxism in the 21st century: Environmental, cultural and paradigm challenges for society

Penildon Silva Filho¹

RESUMO

O Socialismo é um projeto em construção, reconstrução, aprimoramento e reinvenção. As diversas experiências nos movimentos socialistas do século XIX e nos países que fizeram revoluções no século XX, União Soviética, China, Cuba, Angola, Moçambique, Vietnã e outros indicam a necessidade de um sistema que garanta a igualdade social, o planejamento estatal da economia, a paz, a libertação das antigas colônias e a autodeterminação dos povos. Uma das principais mudanças e conquistas foi feita pela China com um Socialismo com mercado, planificação e estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, sem deixar de promover a maior inclusão social da história da humanidade. Agora, o campo socialista e marxista tem desafios igualmente importantes: a degradação ambiental impõe uma atuação forte e decidida do Estado para promover uma transição socioecológica, uma transição energética e uma mudança no padrão de consumo dos recursos naturais. Marx já indicava desde o século XIX a necessidade de se cuidar para evitar o esgotamento dos recursos naturais e a destruição da natureza. Outro desafio é a construção de um mundo multipolar de cooperação e harmonia, onde o desenvolvimento social e econômico substitua a competição e as guerras. É imperioso evitar uma nova Guerra Fria, ao mesmo tempo que a Sociedade nos próximos 10 anos deve mudar radicalmente a economia e a vida para combater a emergência climática, a destruição da biodiversidade, a elevação dos oceanos, o uso de agrotóxicos e o esgotamento da água e de outros recursos naturais.

Palavras-chave: Marxismo, Crise Climática, Ecosocialismo.

ABSTRACT

Socialism is a project under construction, reconstruction, improvement and reinvention. The diverse experiences in the socialist movements of the 19th century and in the countries that made revolutions in the 20th century, the Soviet Union, China, Cuba, Angola, Mozambique, Vietnam and others, indicate the need for a system that guarantees social equality, state planning of the economy, peace, the liberation of former colonies and the self-determination of peoples. One of the main changes and achievements was made by China with a Socialism with a market, planning and stimulus to the development of productive forces, while promoting the greatest social inclusion in the history of humanity. Now, the socialist and Marxist fields face equally important challenges: environmental degradation requires a strong and decisive action by the State to promote a socio-ecological transition, an energy transition and a change in the pattern of consumption of natural resources. Marx had already indicated since the XIX century the need to take care to avoid the depletion of natural resources and the destruction of nature. Another challenge is the construction of a multipolar world of cooperation and harmony, where social and economic development replaces competition and wars. It is necessary to avoid a new Cold War, at the same time that in the next 10 years the society must radically change the economy and life to combat the climate emergency, the destruction of biodiversity, the rise of the oceans, the use of pesticides and the depletion of water and other natural resources.

Key-words: Marxism, climate emergency, Ecosocialism.

¹ Doutor em Educação, UFBA, E-mail: silvafilhopenildon@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Socialismo é um projeto em construção, reconstrução, aprimoramento e reinvenção. As diversas experiências dos movimentos socialistas do século XIX e nos países que fizeram revoluções no século XX, União Soviética, China, Cuba, Angola, Moçambique, Vietnam e outros, indicam a necessidade de um sistema que garanta a igualdade social, o planejamento estatal da economia, a paz, a libertação das antigas colônias do imperialismo capitalista e a autodeterminação dos povos. Ao mesmo tempo, essas experiências socialistas indicam a necessidade de amadurecimento para resolver problemas contemporâneos que podem encontrar saídas na teoria marxista clássica também, como a necessidade imperiosa de termos um modelo econômico com novas bases na relação do ser humano com a Natureza.

Para atingir esses objetivos, é necessário efetuar alterações de curso nas estratégias para alcançar a utopia da justiça social e da sustentabilidade, e para isso há base, referencial teórico e metodológico na própria teoria marxista, especialmente nas recentes pesquisas e achados que indicam uma preocupação intensa de Marx com o impacto da atividade econômica do Capitalismo sobre a Natureza. Marx já indicava desde o século XIX a necessidade de reconhecer que o mundo natural e seus recursos ou elementos têm limites e que era da essência do Capitalismo uma relação predatória com a Natureza, assim como era de exploração a relação entre as pessoas. O desenvolvimento sem limites das forças produtivas não deveria ser almejado por um sistema alternativo ao Capitalismo, e Marx teve essa compreensão em sua sustentação teórica. Não de forma lateral ou menor, mas como o âmago da crítica marxista à Economia Política que empreendeu. Para esse objetivo crítico, Marx lançou mão dos conceitos de “*metabolismo*” da relação social e natural do ser humano na sociedade assim como de alienação da Natureza. Ele indicou a contradição essencial do Capitalismo com a Natureza, a necessidade de um outro sistema que não a destrua e garanta a realização e a liberdade dos indivíduos em vez da acumulação e da valorização infinita do capital.

Trata-se de uma renovação do pensamento marxista, pois muitos marxistas não reconheciam a prioridade da questão ambiental na análise materialista histórica da Sociedade, e outros que reconheciam essa necessidade apontavam uma suposta deficiência no método marxista e em suas avaliações para enfrentar essa pauta. Ambos estavam errados. No presente momento, a partir justamente de textos originais de Marx e Engels, lidos cuidadosamente a partir da biblioteca *MEGA-2*, encontra-se guarida para afirmar que o pensamento e método marxistas são ferramentas importantes para uma crítica abrangente do Capitalismo, do desenvolvimento das forças produtivas

sob a sua hegemonia e para uma crítica do conceito de valor e de reificação que abrangem a exploração irracional da Natureza sob a lógica capitalista. Isso abre um potencial grande para um fortalecimento dessa prioridade ecológica no campo do marxismo e para uma reorientação de muitos estudos e formulações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: UM ECOSSOCIALISMO DE BASE MARXISTA

Uma das principais mudanças de curso para aprimorar a experiência do Socialismo, que obteve conquistas notáveis, foi feita pela China a partir de 1978, com um Socialismo com mercado, planificação econômica e com estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, sem deixar de promover a maior inclusão social da história da humanidade. Essa experiência chinesa permitiu renovar a teoria e a prática dos socialistas ao redor do mundo, uma vez que a principal potência econômica mundial agora afirma ter um governo de transição socialista comprometido com as classes populares.

Na terceira década do século XXI, o campo socialista e marxista tem desafios igualmente importantes que exigirão uma inflexão muito profunda, como aquela empreendida por Deng Xiaoping na década de 1970 e nas seguintes. A degradação ambiental impõe a necessidade de uma atuação forte e decidida do Estado para promover uma transição socioecológica, uma transição energética, uma mudança no padrão de consumo das sociedades e de uso dos recursos naturais.

Entretanto, Marx já indicava desde o século XIX a necessidade de se cuidar para evitar o esgotamento dos recursos naturais e a destruição da Natureza, e estudava que as forças produtivas não podem ser apropriadas nem transformadas sem levar em conta a sua relação com a Natureza. As forças produtivas só existem na relação com a Natureza e a alienação do ser humano do seu trabalho é acompanhada no Capitalismo pela alienação da relação com a Natureza.

Essa é a principal contribuição de autores da chamada segunda fase do “*Ecosocialismo*”, com autores como John Bellany Foster e Paul Burkett, e também de Kohei Saito (2021), que aprofunda os estudos desses dois primeiros. Saito demonstra como a primeira fase do Ecosocialismo foi superficial e não abordou/desconheceu a contradição essencial da crítica marxista ao Capitalismo, que foi justamente a contradição com a Natureza, não de forma secundária ou lateral na produção intelectual marxista, mas de forma central.

Diferentemente da primeira fase do Ecosocialismo das décadas de 1980 e 1990, Kohei Saito, Foster e Burkett não condenam Marx por supostamente ter negligenciado ou ignorado a contradição

ambiental no desenvolvimento das forças produtivas; na verdade apresentam uma argumentação embasada do ecologismo de Marx. E Saito consegue aprofundar os estudos com novos textos, excertos inéditos, comentários e estudos de Marx sobre as ciências naturais e uma complementação à crítica à Economia Política com uma visão materialista e holística.

O centro da crítica ao Capitalismo está justamente na crítica à forma como as forças produtivas se relacionam com a Natureza, destroem o meio ambiente para acumular mais capital e aos poucos inutilizam esse meio ambiente para a sobrevivência humana, tornando essencial uma nova forma de produzir, consumir e usar os recursos naturais como alternativa para a sobrevivência da espécie. Esses autores, e especialmente Saito (2021) a partir das leituras de textos inéditos na MEGA-2, colocam o Socialismo como a alternativa não somente na mudança da propriedade dos meios de produção, passando da burguesia para o proletariado, mas com uma mudança no próprio fundamento da forma de produzir, do que é produzido e com que recursos.

A primeira fase do Ecosocialismo indicava uma preocupação válida com os desastres naturais enfrentados pelas sociedades humanas, mas acusavam Marx de ser supostamente um “deslumbrado” com o desenvolvimento das forças produtivas sob o comando da burguesia e de apenas querer no Socialismo uma transição do comando dessas forças produtivas da burguesia para o Estado proletário, sem mudar a lógica da apropriação dos recursos naturais. A manutenção da lógica irracional de produção do Capitalismo dentro do Socialismo leva ao “produtivismo”, que não tem nada a ver com o necessário desenvolvimento das forças produtivas para atender às necessidades de todos os trabalhadores e da Sociedade, mas de acumular rendimentos pela produção sem limites e busca incessante de novos mercados, novas formas de consumo pela obsolescência programada e busca do descartável e do supérfluo para permitir a acumulação da mais valia.

A primeira fase do Ecosocialismo compreende o princípio de que a Sociedade precisa de um desenvolvimento das forças produtivas, mas em direção à restauração do meio ambiente, à construção de uma nova infraestrutura de energia não emissora de carbono, à substituição do agronegócio tradicional pela agrofloresta e pela agricultura de baixo carbono, a um novo padrão de alimentação mundial, à substituição de materiais e produtos de consumo de massa, todas medidas que visam à reconstrução ecológica e que são altamente geradoras de riquezas. Essas mudanças não são um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, mas uma oportunidade de inclusão social e mudança de paradigma societário.

Trata-se da transição socioecológica para estabelecer um novo padrão de desenvolvimento econômico mais equitativo e integrado com a Natureza. Um sistema alternativo ao Capitalismo deve demonstrar a superioridade não somente na distribuição da riqueza, mas uma superioridade na natureza da Economia, sustentável, harmônica com o meio ambiente e com um padrão de consumo racional que substitua o sôfrego modo capitalista de produzir de qualquer forma, descartar rapidamente e substituir pelas novidades do consumismo desenfreado. A Ciência e a Tecnologia já têm alternativas para essa transformação de paradigma. Assim como na época de Marx em que ele se beneficiou de escritos de Liebig e Fraas sobre a exaustão do solo e a necessidade de impor limites ao desenvolvimento das forças produtivas, especialmente na agricultura, hoje também a Ciência ambientalmente comprometida abre caminhos para uma transição socioecológica.

Isso vai demandar a superação do padrão de consumo individualista e frenético e uma nova subjetividade e cultura, com a construção de uma nova mentalidade e de novos valores societários, em que a posse de bens materiais que indiquem riqueza e poder como centro da subjetividade humana seja substituída pela transcendência pela arte, pela cultura, pela Ciência e pelas relações humanas.

A realidade da União Soviética no período de 1917 a 1991 indicou que havia problemas com emissão massiva de carbono, esgotamento dos recursos hídricos, aumento exponencial da poluição, uso indiscriminado de agrotóxicos, desastres naturais, uma situação ambiental sem uma diferença marcante em relação às sociedades capitalistas na relação com a Natureza, e com o mesmo desfecho da extinção da espécie humana do Capitalismo. O modelo soviético, na concepção de John Passmore, Thomas Peterson e Malte Faber (SAITO, 2021; FOSTER, 2000), na primeira fase do Ecosocialismo, expressavam o suposto pensamento do próprio Marx, que seria acrítico com relação ao hiper industrialismo. Ao lado de outros estudiosos das fases iniciais do Ecosocialismo, esses autores atacavam essas características do produtivismo desenfreado, do uso irracional da Natureza, da alienação do ser humano em relação à produção em interação com o mundo natural, mas ao mesmo tempo afirmavam que esse era um problema na teoria inicial de Marx. Entretanto, os estudos da segunda fase do Ecosocialismo mostram que a crítica à experiência socialista do século XX estava certa, mas a crítica à Marx não estava.

Mais recentemente, com a ampliação da “biblioteca” Marx-Engels-Gesamtausgabe (*MEGA*), os estudos dos manuscritos e obras inéditas de Marx mudaram essa percepção, demonstrando que a preocupação ecológica não é algo estranho a Marx, e por conseguinte não precisa ser estranha aos marxistas. A “*MEGA*” é a maior coleção da escrita de Karl Marx e Friedrich Engels em qualquer

idioma. É um projeto iniciado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em Moscou após a Revolução de Outubro de 1917, nas décadas de 1920 e 1930, no seu primeiro formato (*MEGA-1*). No segundo formato houve a parceria com o Instituto de Marxismo-Leninismo do SED em Berlim quando foi publicada por Dietz Verlag (Berlim) como uma série lançada em 1975, que apresentou escritos inéditos que ficaram impedidos de ser divulgados pelo período stalinista soviético, mas cuja divulgação pode mostrar a riqueza do pensamento de Marx, especialmente pelo que não foi publicado anteriormente.

Na segunda versão da “*MEGA*”, dezenas de novos escritos originais e ainda sem conhecimento do público foram agregados, permitindo uma visão mais ampla e contextualizada do pensamento de Marx e de seu desenvolvimento. A coleção *MEGA-2* contém todas as obras publicadas por Marx e Engels em suas vidas e numerosos manuscritos inéditos. Sua constituição e atualização está em andamento, com o objetivo de produzir uma edição crítica das obras completas de Marx e Engels. É uma coleção/edição acadêmica, histórico-crítica (*historisch-kritische*), editado no idioma original, principalmente em alemão, mas também com uma quantidade considerável de textos em inglês e francês.

Após a queda do Muro de Berlim em 1989, a publicação do *MEGA-2* foi transferida para a Internationale Marx-Engels-Stiftung (IMES) em Amsterdã. Sessenta e cinco volumes do *MEGA* foram publicados até agora. Todos os volumes contendo escritos relacionados a *Das Kapital* foram publicados, muitos inéditos. Mais recentemente, foi publicado um volume de texto inédito acompanhado de apêndice com os escritos ecológicos de Marx. O objetivo final é que o projeto tenha 114 volumes no total.

Com esses novos textos fica claro que o Marx de 1868 abandona o otimismo produtivista e uma visão determinista do desenvolvimento das forças produtivas sem limites de 1850 e do que está no Manifesto Comunista de 1848. Em sua obra, “O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a crítica inacabada à economia política”, Saito (2021) já identifica até anteriormente ao Manifesto e aos textos de 1868 uma preocupação ambiental que resultaria no conceito de “*metabolismo*” de Marx para explicar as relações entre ser humano, forças produtivas e Natureza, sendo que esse metabolismo está profundamente afetado e comprometido pelo modo de produção capitalista, desde 1844.

Sobre a constatação de que Marx não manteve uma posição produtivista, hiper industrialista e “prometeica” de defesa do crescimento ilimitado das forças produtivas no Socialismo e que a sua

obra desde 1844 já indicava os limites da Natureza e a dimensão do metabolismo no cerne da interpretação de Marx sobre a Sociedade, há um diálogo entre Saito e vários outros autores, como por exemplo com Daniel Tanuro. Segundo Tanuro (2022), em seu texto “Marx era um ecossocialista? Uma resposta a Kohei Saito” (2020), pode-se ler:

O que torna o trabalho de Saito particularmente interessante é que ele rastreia a evolução do pensamento de Marx do ponto de vista do desenvolvimento humano “produtivista” para um “antiprodutivista”, especialmente pela incorporação dos limites naturais nas perspectivas da agricultura. [...]

Graças à leitura cuidadosa dos Cadernos de Marx, Saito mostra de forma brilhante como Marx abandonou a ideia que a produtividade agrícola poderia aumentar indefinidamente no Socialismo, até que, entre 1865 e 1868, ele chegou à conclusão oposta que somente o Socialismo poderia deter a tendência capitalista absurda e destrutiva ao crescimento ilimitado.

John Bellamy Foster, em seu livro *Marx's Ecology*, salientou o impacto da obra de Liebig na compreensão de Marx sobre o problema do esgotamento do solo. Assim como Foster, Kohei Saito considera que a ruptura do intercâmbio de matéria entre a humanidade e a Natureza (a ruptura metabólica) – causou pelos processos combinados de clausuras, industrialização capitalista, urbanização e o rompimento do ciclo de nutrientes que resultou disso – é um conceito fundamental da “ecologia de Marx”.

Mas Saito vai mais adiante: ele mostra que Marx, porque ainda acreditava (nos seus textos iniciais) no potencial ilimitado da produção agrícola, interessou-se inicialmente por Liebig, pois o químico alemão forneceu argumentos contra a lei de Ricardo sobre a “diminuição dos rendimentos agrícolas” e a teoria de Malthus sobre a “superpopulação relativa”. No entanto, na sétima edição de sua “Química agrícola”, Liebig distanciou-se de suas próprias posições super otimistas, “reconhecendo que há limites naturais às melhorias agrícolas”, concluindo que os fertilizantes não poderiam compensar “a agricultura do roubo”.

“Liebig não enfatizou sua mudança de posição”, afirma Saito. Mas Marx estava tão focado no debate sobre a (não) proporcionalidade entre a produtividade agrícola e o investimento de capital “que esta modificação ocular não lhe passou despercebida.” Ao contrário, ele sublinhou que “a nova formulação [de Liebig] implicou um ponto de vista crítico sobre a agricultura submetida ao lucro pelas relações capitalistas, incapaz de melhorar a sustentabilidade do solo e no longo prazo”. [...] Evidentemente, Marx fez muito mais do que corrigir sua visão baseada na obra de Liebig. O químico foi um grande cientista, mas também um industrial que produzia fertilizantes para obter lucro. Ele não tinha compreensão social ou histórica sobre o esgotamento do solo. Marx, pelo contrário, percebeu imediatamente o paralelo entre a exploração do trabalho e a destruição da Natureza pelo capital. A partir desse momento, ele viu os dois fenômenos como um resultado comum da mediação das relações entre humanos pelo valor abstrato, assim como entre os humanos e seu meio ambiente (TANURO, 2022. n.p.).

Essa visão de Marx considerava a Natureza como dimensão constitutiva do trabalho e do valor. Nessa análise aparece o conceito de “*ruptura metabólica*”, que compreende que há uma relação metabólica entre ser humano e Natureza, uma relação de inserção humana na mesma. Não há separação ou manipulação externa dos recursos naturais, como faz crer a visão produtivista. O ser humano apenas pode ser apreendido na sua inserção no mundo natural, mas uma ruptura com essa relação implicará uma destruição da organização/civilização humana. Não se trata apenas da crítica às relações de exploração de classe sob a égide do Capitalismo, mas de uma crítica à inserção do ser humano na Natureza na realização do trabalho social, por isso a ruptura metabólica que impera no

sistema capitalista deve ser superada em uma formação social que liberte o ser humano da opressão social e da destruição natural e garanta sua sobrevivência com dignidade. Saito identifica na obra de Marx que “O trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a Natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a Natureza.” (MARX, 2013, p. 256). Em sua obra, Saito afirma “O novo desenvolvimento da teoria do metabolismo de Liebig e do ‘cultivo de roubo’ ressoa como uma virada crítica significativa no projeto socialista de Marx, como a reabilitação consciente da unidade entre humanidade e Natureza” (SAITO, 2021, p. 222).

Para salientar mais ainda esse conceito de metabolismo entre ser humano e Natureza e de ruptura metabólica, pode-se ler a síntese feita por Marizete Andrade da Silva:

A ideia de um “cultivo de roubo”, teoria apresentada por Liebig em sua obra clássica *Química Agrícola* (1862) se converterá em uma referência essencial para a formulação de uma “ruptura metabólica entre “campo e cidade” que Marx enfatizará em *O capital*. A crítica aos sistemas de “cultivo de roubo” denuncia tanto a forma moderna de prática agrícola quanto a sua produtividade decrescente como resultado do manejo e uso predatório e irracional do solo. A historicização da agricultura moderna fornecerá uma base científica útil para recusar tratamentos lineares e marcadamente abstratos do desenvolvimento agrícola. Mesmo após o ano de 1867 a crítica ecológica do Capitalismo continuará sendo matéria de seu interesse, a exemplo da atenção que dispensará aos trabalhos do botânico Carl Fraas, particularmente, aos livros *O clima e o mundo vegetal ao longo do tempo: uma contribuição à história de ambos* (1847), *Natureza da agricultura* (1857) e *as crises agrárias e seus remédios* (1866). Posterior à aproximação do pensamento de Fraas sobre a desertificação e a destruição do solo no decorrer da história das civilizações baseadas na divisão de classes, Marx analisa que, sob o Capitalismo estes fenômenos se expandiram e intensificaram de distintas formas e, deste modo, tornam-se impossíveis de serem reparados no âmbito do moderno sistema que compreende o complexo trabalho-produção alienado. Ele chega à conclusão de que a destruição ecológica na vigência do Capitalismo representa uma ‘tendência socialista inconsciente’ (SILVA, 2021, n.p.).

O arremate da síntese converge para a necessidade de a restauração da relação ser humano-Natureza com a mesma centralidade que a busca da superação da opressão de uma classe social sobre a outra:

Neste sentido, o conceito de metabolismo se torna o eixo fundante de uma teoria que se refere aos aspectos ecológicos do desenvolvimento histórico da humanidade, o que sinaliza para a exigência de restaurar um metabolismo social não alienado perante a destruição que o Capitalismo engendra, assim como da constituição de uma sociedade substantivamente igualitária e ecologicamente sustentável, ou seja, do Socialismo. [...] Na verdade, o Capitalismo promove o esgotamento das fontes originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador (SILVA, 2021, n.p.).

Em Marx, a crítica ao Capitalismo é a crítica ao produtivismo, à alienação na relação do ser humano com o trabalho e a Natureza, a crítica à destruição desenfreada do meio ambiente. Trata-se muito mais do que uma contribuição de novos observadores e estudiosos da sociedade capitalista, é uma contribuição do próprio Marx em seus escritos originais.

Evidentemente que Marx engendrou um método que se aplica à análise da sociedade, método esse que se enriquece com novas contribuições científicas, e assim como ele estudou e se apropriou de contribuições de cientistas de sua época como Liebig e Frass, na contemporaneidade há a possibilidade de enriquecer a análise crítica com novas contribuições da Física, da Química, da Climatologia, do estudo dos oceanos, das ciências planetárias. Entretanto, a constatação da preocupação original em Marx de compreender o metabolismo homem-trabalho-Natureza e evitar a ruptura metabólica libera e estimula estudos e esforços para repensar uma sociedade alternativa ao Capitalismo de forma mais ampla e radical.

3. O CAPITALISMO PROMOVERÁ A EXTINÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA. DESENVOLVIMENTO NÃO SIGNIFICA INSUSTENTABILIDADE. A NECESSIDADE DE UMA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA ECONOMIA

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26), em Glasgow, ocorrida do dia 31 de outubro ao dia 12 de novembro de 2021, foi um encontro acadêmico e institucional extremamente marcante no cenário mundial, pela percepção e constatação de que já se vive uma crise ambiental e um desastre climático. Os consensos estabelecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicam que as mudanças no clima são irrefutáveis. Há um aquecimento consistente em todo o planeta ao longo dos dois últimos séculos, e a sua vinculação à atividade humana pela emissão de gases que provocam o efeito estufa está validada pelos estudos compilados pelo Painel.

Nesse palco, todas as nações precisarão ser mais ambiciosas e elevar as metas de corte de emissão de carbono e torná-las factíveis em um período curto de tempo. Caso haja resistências das maiores potências industriais em acelerar o corte de emissão de carbono e à tomada de medidas para diminuir a concentração desse elemento químico na atmosfera, o desastre e o impacto econômico consequente serão muito maiores que os investimentos econômicos para minorar o aquecimento global. O prejuízo econômico e em vidas humanas em se manter o atual modelo predatório e extrativista é muito maior do que o investimento para transitar para outro modelo.

O impacto do ser humano no planeta já é tão grande e comprovado cientificamente que se criou uma nomenclatura para explicar o fenômeno em termos geológicos, o Antropoceno, que substitui o período do Holoceno dos últimos 10 mil anos. O Holoceno foi mais ameno no clima e permitiu o florescimento da civilização. O Antropoceno está destruindo a principal característica do Holoceno que é a estabilidade climática dentro de padrões menos quentes, e tem esse nome por indicar

que a força da ação do ser humano se equipara a uma força geológica de proporções planetárias, algo inédito na História do planeta.

O começo do Antropoceno pode ser datado de diversas maneiras. Alguns preferem marcar o seu início com a explosão das primeiras armas nucleares em 1945, prova da capacidade de destruição total do planeta como habitat para preservar a vida humana. Outros preferem datar na década de 1970, quando os recursos naturais foram consumidos numa velocidade maior do que a Natureza é capaz de repô-los, e esse processo só se intensificou e acelerou até os dias atuais. Um outro momento simbólico que poderia indicar o início do Antropoceno seria o pouso do ser humano na Lua, marcando um salto rápido e surpreendente da capacidade científica e de engenharia da humanidade. Mas o maior consenso para indicar essa nova era geológica foi o alvorecer da Revolução Industrial no século XVIII, data do início das transformações sobre o planeta Terra em que a civilização se torna uma força capaz de transformações amplas, perenes e irreversíveis do planeta.

Desafortunadamente, a atual proposta dos donos do Capital para reverter o Antropoceno é o “mercado de carbono”, como se o mercado com a sua “mão invisível” pela busca do lucro e da lei da “oferta e da procura” fosse capaz de salvar a espécie. O mercado sem regulamentação e sem intervenção do Estado não foi capaz até o presente momento de resolver esse problema de sobrevivência da humanidade e não o será com certeza daqui para o futuro.

O “livre mercado” tem sua característica e sua natureza de pensar a curto prazo, para satisfazer aos interesses dos investidores e acionistas, e não da população como um todo. O mercado apenas monetiza todos os recursos naturais e procura abrir com o mercado de carbono mais uma fronteira de acumulação de capital e negócios que gerem riqueza para poucos.

Essa busca do lucro sem levar em conta os interesses comuns da Humanidade está ao lado da insistência em continuar a usar os combustíveis fósseis, que deveriam ser imediatamente abandonados. Há tecnologias alternativas que estão à disposição no momento, mas o interesse da “mão invisível do mercado” não tem a perspectiva de operar mudanças que signifiquem diminuição do lucro para os poucos que lucram com a indústria do petróleo.

Hoje impera a irracionalidade do sistema que procura maximizar o Capital dentro de uma conjuntura em que essa irracionalidade se torna inviável, socialmente e ambientalmente. Uma mudança de paradigma só ocorrerá com uma intervenção de longo prazo do Estado, com planejamento e *projetamento econômico*, social e ambiental. As empresas de petróleo deveriam ser substituídas por empresas de energias renováveis, eólica, solar, hidráulicas, de marés e outras,

deveriam se tornar empresas financiadoras de pesquisas para desenvolver veículos elétricos e estratégias de recuperação do meio ambiente. Mas essa mudança de orientação não se dará pelos interesses dos acionistas de empresas privadas, que pela sua natureza só se voltam para os resultados financeiros imediatos, não se importando se o mundo como a Humanidade o conheceu vai sobreviver dentro de dez ou vinte anos.

O Estado tem que ser o instrumento da Sociedade para regular essa transição ecológica da economia. Em 1930 o economista britânico John Maynard Keynes lançou as bases da intervenção do Estado na Economia capitalista para reverter a crise e a depressão econômicas e deixou claro que em épocas de crise apenas o Estado é capaz de fazer investimentos e ter um planejamento que pode reativar a base econômica. Nos dias de hoje apenas uma ação articulada dos Estados nacionais pode evitar a extinção da espécie humana.

A proposta de “mercado de carbono” apenas transfere às empresas privadas a responsabilidade do Estado, e situa países em desenvolvimento como vendedores de “créditos de carbono”, que permitem que empresas, para ter autorização de poluir, possam comprar esses créditos de empreendedores que mantêm as florestas em pé. Isso é insuficiente para reverter o estrago ambiental já feito e tem dois outros defeitos:

a) a não diminui a emissão de carbono, apenas os poluidores pagarão para continuar a emitir gases de efeito estufa;

b) os países desindustrializados se especializarão em apenas manter as florestas para ganhar recursos, mantendo uma divisão internacional ambiental e econômica do trabalho numa versão contemporânea de “imperialismo ambiental”.

Torna-se imperativo ter uma política forte e intervencionista de Estados Nacionais visando o desmatamento zero e a reconstituição das matas e florestas, assim como uma política internacional nesse sentido. Não basta lançar um novo mercado de recursos naturais sem qualquer meta ou compromisso. Devem existir políticas públicas de preservação de amplas áreas nos biomas hoje mais afetados, como Amazônia e outras florestas tropicais pelo mundo, o Cerrado, o Pantanal, os manguezais e a Mata Atlântica. Uma política internacional de proteção e ampliação dos territórios indígenas e de povos originários será importante para preservar o meio ambiente; assim como o redimensionamento da agricultura para deixar de ser predatória e poluidora, transitando para ser agroecológica e cooperativa.

A Humanidade está numa encruzilhada histórica em que a sobrevivência da espécie está ameaçada. O planeta já viveu outros períodos de extinção em massa de espécies animais e vegetais, em quatro extinções em massa anteriores em eras geológicas passadas, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental, mas agora o motivo da extinção em massa é antrópico. O preservacionismo, a sustentabilidade e o “*Bem Viver*” são formas de conseguir ter uma Economia mais equilibrada e distributiva.

Vários cientistas sempre se perguntaram se o desenvolvimento de uma sociedade tecnológica sempre leva à degradação do meio ambiente e à extinção da civilização que a criou. Os marxistas Foster, Burkett e Saito entendem que uma determinada estrutura social não é por natureza a única possível na histórica humana, cada realidade histórica tem uma construção própria e singular, e está sempre em mudança pelas forças sociais em conflito. O Capitalismo autodestrutivo não é a única forma de organização social possível, e o metabolismo social indicado por Marx pode funcionar de maneira sustentável e viável. Marx preconizou que finalmente a Humanidade se encontra numa fase histórica em que os seres humanos podem fazer história e construir conscientemente uma sociedade, e essa realidade é possível e necessária no atual momento, mas também é uma oportunidade histórica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALTERNATIVA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL VIÁVEL

No trabalho de Kohei Saito está em pauta mudar as prioridades econômicas, o modo de produzir e de viver, essa compreensão aparece em Foster e Turkett, e também em Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2002). É perfeitamente possível manter a economia funcionando, gerar empregos e riqueza para o conjunto da sociedade, reorientando os recursos das atividades econômicas hoje destrutivas para outras como serviços ecológicos, energia solar e eólica em terra e nos oceanos, substituição dos veículos de combustão interna pelos elétricos, reflorestamento de imensas áreas degradadas em larga escala. É possível e já existe a estruturação de uma “economia circular”, em que os produtos descartados podem ser reciclados e realimentar as indústrias, gerando riqueza.

Hoje a energia eólica, com seus imensos parques eólicos, já produz energia suficiente para suprir a região Nordeste no Brasil, onde moram 60 milhões de pessoas. Outro exemplo de possibilidade de mudança é que 99% de todo o alumínio do Brasil já é reciclado, indicando que essas alternativas de economia circular protegem o meio ambiente e geram riquezas.

A transição energética, a mudança no padrão de consumo, os serviços ecológicos como reflorestamento de milhões de hectares de florestas e a recuperação de fontes de água são alternativas

empregadores de mão de obra, assim como um novo modelo de agricultura de baixo carbono e sem agrotóxicos, um novo padrão alimentar, uma política para lidar com os resíduos sólidos, a criação de cidades resilientes e a emergência da economia da cultura, da ciência e do conhecimento. A sustentabilidade pode se tornar a principal geradora de riqueza, trabalho e emprego, uma grande oportunidade histórica.

Um novo padrão de agricultura se faz necessário, para evitar a intoxicação das pessoas que consomem hoje a alimentação produzida num modelo intensivo de fertilizantes e agrotóxicos cancerígenas. Já existe tecnologia que permite a produção agrícola em larga escala com as “agroflorestas”, que permitem manter a floresta em pé, ter produção de alimentos sem precisar derrubar as coberturas vegetais, evitando a liberação de carbono.

Um novo padrão alimentar é fundamental, pois quanto menos carne/proteína animal as pessoas consumirem e mais proteína vegetal for utilizada, menos água será necessária, menos florestas serão destruídas para produzir e muito menos energia será gasta. Caso seja estendido para toda a Humanidade o mesmo padrão de consumo de carne que um estadunidense ou um brasileiro das classes abastadas têm hoje, o ecossistema não suportará, e mesmo hoje esse ecossistema já não suporta com a parcela da população que tem esses hábitos alimentares. De acordo com estimativas da Water Footprint, cerca de 66% da água usada no planeta para atividades econômicas são para as atividades agrícolas (produção de gêneros agrícolas e comercialização). As atividades pecuárias ficam diretamente com cerca de 24%, enquanto a indústria utiliza cerca de 10%. As atividades agrícolas necessitam de muita água, principalmente, para o processo de irrigação. Entretanto, a pecuária, de forma indireta, tem alto consumo de água envolvido na fabricação de ração para a alimentação dos animais. A produção de um quilograma de carne bovina requer 15.415 litros de água (BORGES, 2020).

Um Programa Mundial voltado para a transição ecológica na gestão dos resíduos sólidos é necessário e viável economicamente, na perspectiva de gerar uma drástica redução da emissão de metano e outros gases, mitigar a poluição do meio ambiente e de promover uma gradativa transição na gestão dos resíduos sólidos em direção aos princípios da diminuição do consumo, reuso e reciclagem do lixo. Nesta lógica, faz-se necessário haver a concentração de esforços para a construção de uma economia circular capaz de romper o paradigma linear da extração-transformação-consumo-descarte e estabelecer o paradigma da circularidade na indústria, incluindo formalmente trabalhadores dessa cadeia, como os catadores.

Outro pilar dessa transição pode ser um programa de resiliência e adaptação das cidades para enfrentar a emergência climática, para a prevenção e resposta a desastres e eventos extremos, assim como constituição de centros de monitoramento e alerta de desastres naturais, com objetivo de adaptar as cidades. Aumentar a resiliência das cidades através do financiamento de intervenções voltadas para a redução de riscos e prevenção de desastres significa impulsionar a construção civil, o saneamento ambiental com recursos pesados em saneamento básico de água e esgoto, realocação de habitações em situação de risco, gerando milhões de empregos que promoverão o maior ciclo virtuoso da Economia na História. Em especial o combate às secas, inundações e alagamentos, zerar o déficit habitacional e do saneamento básico pode proporcionar o pleno emprego e incluir economicamente a população hoje excluída pelo avanço do Capital, que hoje é orientado por uma revolução tecnológica eliminadora de mão se obra.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, A. M. **A desordem mundial: o espectro da total dominação. Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BORGES, L. Você sabe quanta água é necessária para produzir 1 Kg de carne? **Autossustentável**, mar. 2020. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2020/03/pegada-hidrica-voce-sabe-quanta-agua-produzir-kg-carne.html>. Acessado em: Out. 2022.
- TANURO, D. **Green Capitalism: Why It Can't Work.** London: Merlin, 2003.
- FAVARETO, A (Org.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado.** São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019. Disponível em: https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2019/05/2019_favareto_et_al_entre_chapadas_e_baixoes_do_matopiba_ebookcompleto.pdf. Acessado em: Set. 2022.
- FOSTER, J. B. **Marx's Ecology: Materialism and Nature.** New York: Monthly Review Press, 2000.
- HALDANE, J. B. S. "Introduction". In: ENGELS, F. **Dialectics of Nature.** New York: International Publishers, 1940.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B. **The Robbery of Nature.** New York: Monthly Review Press, 2020.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]** (trad. Rubens Emperle). São Paulo: Boitempo, 2013.

POMAR, M. H. Embrapa diz que agro brasileiro alimenta o mundo; especialistas discordam. **UOL Economia**. De O Joio e o Trigo, 18/08/2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/18/agro-brasileiro-alimenta-mundo-embrapa.htm>. Acessado em: Set. 2022.

SAITO, K. **O Ecosocialismo de Karl Marx**: Capitalismo, Natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. S. **Produzir para Viver**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, M. A. Resenha de O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada À Economia Política [Kohei Saito]. **Germinal**: marxismo e Educação em debate, Salvador, v.13, n.2, p. 888-891, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45046>. Acessado em: Set. 2022.

TANURO, D. W. **Marx an Ecosocialist? A Reply to Kohei Saito**. 2020. Disponível em: <https://forhumanliberation.blogspot.com/2020/01/3306-was-marx-ecosocialist-reply-to.html>. Acessado em: Out. 2022.